

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 12/2023-PGJ, DE 5 DE ABRIL DE 2023.**

Institui, no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, o Programa de Conscientização e de Acolhimento à Neurodiversidade (Programa MP TEA).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), dispôs que a pessoa com autismo é considerada pessoa com deficiência, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 5.842, de 24 de março de 2022, que estabelece diretrizes para o atendimento multiprofissional para pessoas com TEA no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, dispõe sobre o desenvolvimento de programas e ações que visem a diagnosticar precocemente o TEA, bem como sobre o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e científico e à inovação, no âmbito da saúde, voltados tanto ao aspecto da detecção precoce quanto ao tratamento de base terapêutica e medicamentosa;

CONSIDERANDO, também, o teor da Lei Estadual nº 5.721, de 23 de setembro de 2021, que institui o “Abril Azul” no Estado de Mato Grosso do Sul, voltado para campanhas de conscientização sobre o autismo, a serem realizadas anualmente, durante o mês de abril, com o intuito de informar, esclarecer, conscientizar, envolver e mobilizar a sociedade civil sobre o TEA,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Conscientização e de Acolhimento à Neurodiversidade (Programa MP TEA), visando a sensibilização acerca do autismo e outras síndromes no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Art. 2º São objetivos do programa:

I – disseminar informações relativas ao transtorno do espectro autista (TEA) e outras síndromes no âmbito do MPMS, por meio de campanhas de conscientização e iniciativas de respeito à neurodiversidade no ambiente de trabalho, proporcionando melhores condições de adaptação, bem como aproveitando e direcionando suas potencialidades;

II – fomentar o aprimoramento do atendimento ao público de pessoas com TEA, adequando-se a abordagem conforme suas necessidades;

III – viabilizar parcerias junto a outras instituições ou a profissionais especializados que possam contribuir nas ações multidisciplinares inerentes à conscientização sobre o TEA e outras síndromes;

IV – indicar à Escola Superior do Ministério Público (ESMP) a realização de cursos e palestras sobre o TEA, bem como disponibilizar material informativo aos membros, servidores e estagiários do MPMS;

V – promover, no decorrer do mês de abril de cada ano, atividades e campanhas de conscientização acerca do autismo, inclusive viabilizando parcerias com outros órgãos públicos, nos termos da Lei Estadual nº 5.721/2021; e

VI – promover outras iniciativas que visem aprimorar a compreensão das pessoas neurodivergentes e seu acolhimento no âmbito do MPMS.

Art. 3º O programa será coordenado por membro designado pelo Procurador-Geral de Justiça, que, sem prejuízo de suas funções, desenvolverá as atividades necessárias para sua implementação no âmbito institucional.

Parágrafo único. O coordenador do programa contará com apoio dos serviços psicossociais do MPMS para a realização de acompanhamentos e estudos que possam contribuir com os objetivos do programa.



Art. 4º Eventuais serviços, pesquisas e levantamentos a serem realizados, visando melhor compreensão das relações neurodivergentes no ambiente de trabalho, serão necessariamente voluntários, resguardando-se o sigilo da informação.

Art. 5º O tratamento de dados pessoais, notadamente os sensíveis, nos termos do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), dependerá de consentimento expreso do titular do dado, garantindo-se sua anonimização caso opte por esta.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 5 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1656/2023-PGJ, DE 5.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o artigo 3º da Resolução nº 12/2023-PGJ, de 5 de abril de 2023,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa e Antonio André David Medeiros para, sem prejuízo de suas funções, sob a coordenação do primeiro, implantarem o Programa de Conscientização e de Acolhimento à Neurodiversidade no âmbito do MPMS, Programa MP TEA.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1667/2023-PGJ, DE 5.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Corumbá, Pedro de Oliveira Magalhães, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a sessão plenária do Tribunal do Júri da referida Comarca, no julgamento dos Autos nº 0005027-61.2022.8.12.0008, no dia 5.4.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1669/2023-PGJ, DE 5.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça de Coxim a partir de 3.4.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 701/2023-PGJ, de 15.2.2023, que designou o Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1666/2023-PGJ, DE 5.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 13º Promotor de Justiça de Campo Grande, Pedro Arthur de Figueiredo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0010613-08.2019.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara Criminal da referida comarca, no dia 11.4.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1544/2023-PGJ, DE 3.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 100/2023, de 17.3.2023, da Prefeitura Municipal de Inocência, que antecipa para o dia 3.4.2023 o feriado municipal do dia 4.4.2023, em razão da comemoração do aniversário da emancipação político-administrativa do município;

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0003/2023, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul na comarca de Inocência, que acompanhou a antecipação do feriado municipal e autorizou o fechamento do fórum no dia 3.4.2023,

R E S O L V E :

Antecipar para o dia 3.4.2023, segunda-feira, o feriado municipal do dia 4.4.2023, terça-feira, no âmbito da Promotoria de Justiça de Inocência.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-346/2023 - PGJ, DE 5.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Humberto Lapa Ferri 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24 a 28.3.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-347/2023 - PGJ, DE 5.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 1 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 22.3.2023, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-348/2023 - PGJ, DE 5.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 20.3.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-349/2023 - PGJ, DE 5.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Procurador(a) de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 23.3.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-343/2023/PGJ, DE 31.3.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Aléxia Araujo Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 29.5 a 7.6.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 021/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000599-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Carlos da Silva - Assunto: Apurar suposto desmatamento sem autorização ambiental na propriedade fazenda Santa Rosa, localizada neste município de São Gabriel



do Oeste/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00001743-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ronaldo Sergio Martins Guimarães - Assunto: Apurar desmatamento de 2,72 hectares em área de Savana, na Fazenda Roselandia, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 549/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

3) Inquérito Civil nº 06.2020.00000418-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Horácio Zanon - Assunto: Apurar desmatamento de 1,01 hectares em área de Vegetação Ciliar Aluvial, 94,88 hectares de Savana Arborizada com Floresta-de-galeria e 46,28 hectares de Savana Arborizada sem Floresta-de-galeria, na Fazenda Mateira, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 0034/2020/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

4) Inquérito Civil nº 06.2020.00000552-5 - 2ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Naviraí - Requerentes: Ministério Público Estadual e o Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso do Sul - Sinmed/MS - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de descumprimento das disposições normativas veiculadas pela NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020 no Hospital Municipal de Naviraí, no que diz respeito ao tratamento de resíduos, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

5) Inquérito Civil nº 06.2020.00000789-0 - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos - Agereg - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consiste em retardar ou deixar de praticar atos fiscalizatórios das cláusulas do Contrato de Concessão nº 330/2012, em especial aquelas que condicionam a idade da frota e a contratação de seguro contra terceiros pela empresa concessionária (Consórcio Guaicurus S/A).

6) Inquérito Civil nº 06.2021.00000085-6 - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Dirceu Garcia Dias - Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa por médico no Hospital Nossa Senhora Auxiliadora.

7) Inquérito Civil nº 06.2021.00000955-8 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Águas Guariroba S.A. - Assunto: Apurar eventual inobservância da empresa Águas Guariroba S.A., quanto à falta de opção dada aos consumidores para troca da data de vencimento das faturas.

8) Inquérito Civil nº 06.2021.00001333-0 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual utilidade pública do Lago Atlântico, localizado no Parque Jardim Atlântico, nesta capital, para o Município de Campo Grande, assim como sua regularidade perante os órgãos ambientais estadual e municipal no que tange a barragem e uso do recurso hídrico.

9) Inquérito Civil nº 06.2021.00001372-9 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual e Cícero Ulisses Otto - Requerido: Município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a regularidade das intervenções da Área de Preservação Permanente - APP do Córrego Cascudo, localizada entre a Rua Pio Rojas, Avenida Rachid Neder e Rua São Leopoldo, nesta capital, em imóveis objeto do processo de desapropriação nº 17915/2019-83.

10) Inquérito Civil nº 06.2022.00000221-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: João Cirilo Benites e Lucero Administradora de Imóveis Ltda - Assunto: Apurar a supressão vegetal de aproximadamente 2,53 hectares de bioma Mata Atlântica ocorrido no imóvel rural Fazenda Rancho Esperança, bem como a regularização da situação jurídica-ambiental da propriedade rural.

11) Inquérito Civil nº 06.2022.00000444-5 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Kleber Sampaio e Solange Torres Sampaio - Assunto: Colher elementos de convicção para melhor direcionar a atuação deste Parquet, visando apurar o desmatamento possivelmente ilegal de 1,6 hectares de vegetação nativa ocorrido na Fazenda Guariroba - Área Remanescente (Parte A), propriedade de Habib Rezek Júnior e Joelhe Rodrigues, localizada nesta capital.

12) Inquérito Civil nº 06.2022.00000758-6 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Dorival Felipini - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Tamburi, decorrente da existência de processos erosivos em área antropizada e nas adjacências de nascente e gado apascentado em área de preservação permanente e reserva legal, conforme Auto de Infração nº 3617 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 71/6ªCia/BPMA/2021 e 15/2ºPel/6ªCia/BPMA/2022. **Advogado: Flaviano Sanchez Soga S. Fabri, OAB/SP nº 16.411.**

13) Inquérito Civil nº 06.2022.00001014-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: apuração de eventual ilegalidade na contratação de empresas de engenharia pela Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul, mediante inexistência de processo licitatório.

14) Inquérito Civil nº 06.2023.00000003-1 - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de



Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Ademar Dalbosco e outros - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na concessão de diárias excessivas à Secretária Municipal de Educação de Laguna Carapã, notadamente no que se refere à sua participação no 9º Fórum Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação.

15) Inquérito Civil nº 06.2023.00000141-9 - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação de direitos dos contribuintes de ISSQN no município de Campo Grande/MS.

16) Inquérito Civil nº 06.2020.00000577-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Altair José Gomes de Oliveira - Assunto: Apurar desmatamento de 25,69 hectares em área de Tensão Ecológica ou Contatos Florísticos de Savana/Mata, na Fazenda Santa Luzia, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 550/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

17) Inquérito Civil nº 06.2021.00000103-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Oraldo Zanon - Assunto: Apurar desmatamento de 1,69 hectares em área de Vegetação Ciliar Aluvial (Fa), na Fazenda São Gabriel do Morro Alto, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 376/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2020).

18) Inquérito Civil nº 06.2021.00000142-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental realizada na Fazenda Santo Antônio em São Gabriel do Oeste/MS, onde constatou o desmatamento de 16 áreas somando 193,88 hectares.

Campo Grande, 5 de abril de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 42/2023-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública que as candidatas aprovadas no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocadas por meio do Aviso nº 34/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.864, de 27.3.2023, manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiário, nos termos do item 4 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
MARIA JULIA KURAOKA DE OLIVEIRA	Dourados	Graduação
LUIZA IZABELLY SOARES DOS SANTOS	Naviraí	Graduação

Campo Grande, 5 de abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 43/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que os candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 29/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.864, de 27.3.2023, manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	MUNICÍPIO	NÍVEL
RAYSSA LUANA DOS SANTOS SILVA	Campo Grande	Graduação
FERNANDA DA ROCHA DIAS DUARTE	Dourados	Graduação
VICTOR HUGO DURAN DA SILVA	Fátima do Sul	Graduação

Campo Grande, de 5 de abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 44/2023-GED**XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 34/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.864, de 27.3.2023

CANDIDATO(S)	MUNICÍPIO	NÍVEL
VALMA BOBADILHA FERNANDES	Campo Grande	Graduação
DAVID GUILHERME MESSA PRATES MEJIA	Campo Grande	Graduação
DANIEL BRAGA FERNANDES	Campo Grande	Graduação
SIMONE LEMES DA ROSA	Campo Grande	Graduação
CARLOS MATHEUS DOMINGOS RIBEIRO	Campo Grande	Graduação
CARLA DOS SANTOS MACHADO SALENTIM	Campo Grande	Graduação
RODRIGO NOGUEIRA DO ESPIRITO SANTO	Corumbá	Graduação

Campo Grande, 5 de abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 45/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – **ged@mpms.mp.br** – **ENTRE OS DIAS 14/03/2023 e 20/04/2023, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE APARECIDA DO TABOADO**

LOCAL: Avenida dos Estudantes, 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ALANA ALVES TORRES	1ª	
JOSE COELHO DE CAMPOS JUNIOR	2ª	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ISABELLA RAFFA MARTINS NOGUEIRA	210ª	
ANNE MIDORI KOCHI MORALES	211ª	
NICOLY WEBER DAL-MÁS	212ª	
DAIANY PEREIRA PAEL	213ª	
WILIAN GABRIEL JORDÃO DE OLIVEIRA	214ª	
EDUARDO ORTIZ GRACIANO LEITE	215ª	
VINÍCIUS HIROSHI MIYASHIRO DA SILVA	216ª	
GABRIEL HENRIQUE FERNANDES PACHECO	217ª	

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua América, n. 1880, Centro, Corumbá.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ADRYAN CRISTIAN ANDRADE SALES	11ª	

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
CARLOS EDUARDO LEITE	42ª	
LARA NILZIELE GOMES ARACATI	43ª	
FELIPE PONTES DO NASCIMENTO	44ª	



1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Ipiranga, 810, Jardim Primavera, Fátima do Sul.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GUSTAVO HENRIQUE MEDEIROS DE OLIVEIRA	9ª	

1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NAVIRAÍ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua dos Pioneiros, 50 – Centro, Naviraí.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
EROS RICCO SABINO DE FREITAS	7ª	
IZADORA KAMYLLI STORARI	8ª	

1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIANE DORNA MARTINS	3ª	
JOÃO VICTOR GONÇALVES FLORENTINO	4ª	
CAMILA EDUARDA SANTANA DOS SANTOS	5ª	

1.8 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JOSÉ CARLOS FERREIRA JUNIOR	33ª	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 5 de abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 93/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00011680-5

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Casa da Criança André Luiz, representada por seu Presidente, Roberto Cristiano Duarte

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 07 de março de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Armário de madeira	1
2	Tela decorativa	1
3	Armário	4
4	Conexão arredondada	1
5	Mesa	7
6	Suporte para CPU	4
7	Estação de trabalho	1
8	Cadeira	9
9	Gaveteiro	1
TOTAL DE ITENS		29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/PGJ/2023**

Processo nº 09.2022.00012077-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA**, representada por **Juliana Gomes Pereira**.

Procedimento licitatório: Contratação direta por inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1.993.

Objeto: Fornecimento de atualização e evolução de 6 (seis) licenças do *software* para Engenharia *QiBuilder V2022* Plena Essencial, sendo 3 (três) licenças contendo as disciplinas *QiHidrossanitário*, *QiIncêndio*, *QiGás* e *QiClimatização* e 3 (três) licenças contendo as disciplinas *QiElétrico*, *QiSPDA* e *QiCabeamento*, além de suporte técnico, por 24 (vinte e quatro) meses, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor da contratação: R\$ 33.660,00 (trinta e três mil seiscentos e sessenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000118, de 24.02.2023.

Vigência: 04.04.2023 até 04.07.2025.

Data de assinatura: 4 de abril de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/PGJ/2023**

Processo nº 09.2022.00010276-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA**, representada por **Eduardo Cordeiro de Almeida e Silva**.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 39/2022, do Pregão Eletrônico nº 12/2022, da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Ministério da Justiça e Segurança Pública – SEGEN/MJSP.

Amparo legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Objeto: Aquisição de veículos utilitários 4x4 para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 1.865.556,00 (um milhão oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e seis reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE001345, datada de 29.03.2023.

Vigência: 05.04.2023 até 05.04.2024.

Data de assinatura: 05 de abril de 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 36 E 37.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MARCK TECNOLOGIA COMÉRCIO & SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA**, representada por **Cristiane Mabel Teixeira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
7	Máquina para café expresso, média tiragem, voltagem: 220V; potência mínima: 1250W; pressão: 15 Bar; reservatório de água para no mínimo 1,7 litros; reservatório de grãos com capacidade aproximada de 300g; haste para cappuccino e bebidas quentes, moedor regulável. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Phillips.	Unidade	5	6.100,00
15	Ar condicionado portátil, capacidade 12.000 Btu's no mínimo. Voltagem: 127V; três opções de conforto térmico: refrigeração, ventilação e desumidificação; filtro antipó removível e lavável; controle remoto sem fio digital; funções <i>timer</i> , <i>sleep</i> , <i>swing</i> e auto; ajuste de temperatura eletrônico de 18° a 30°C; sistema de auto evaporação da água; duto de exaustão extensível até 2 metros. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: EOS.	Unidade	10	2.697,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 37.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LAWTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA**, representada por **João Tulio Cruz**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
8	Câmera panorâmica (180 graus) para vídeo conferência, com base, conforme as seguintes características técnicas: inclinação e zoom motorizados; viva voz integrado omnidirecional. Áudio: microfone de captação unidirecional; alcance mínimo de 2,4m de diâmetro; frequência do microfone: 200Hz - 8KHz ou superior; Nível de saída: 80dB, 1 ft (0.30 metros) ou superior. Vídeo: Full HD 1080p ou superior; 30fps ou superior; Campo de Visão de 78 graus ou superior. Adaptador AC e USB 2.0. Controle remoto. A câmera deverá ser compatível com <i>Windows 7</i> e <i>8</i> e com <i>Mac OSX10.6</i> ou superior. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: Logitech.	Unidade	70	1.348,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 38.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **G P COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ivanildo Penha Gomes**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Quadro branco não magnético, tela em laminado melamínico branco, moldura em alumínio, suporte na parte frontal inferior para apagador, ganchos na parte superior para fixação na parede, medindo 0,90m x 1,20m (A x L). Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Stalo.	Unidade	20	125,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 38.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ANTONIA RAIMUNDA ALVES** representada por **Antonia Raimunda Alves da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
16	Projektor multimídia, tipo teto e mesa mínimo de 3.200 lumens; 127V ou bivolt. Garantia mínima: 3 anos/ 1 ano para a lâmpada; Acessórios: Cabo de força, AC, Cabo VGA, Controle remoto, baterias para o controle, Manual, Cartão de garantia. Marca: Flex Inter.	Unidade	5	2.300,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 2 de janeiro 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 39.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CH3 COMÉRCIO E NEGÓCIOS LTDA**, representada por **Gabriel Ruan Ferrão Chaves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
17	Forno Micro-ondas capacidade mínima 27 litros, potência mínima 900W, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Panasonic, LG, Samsung, Philco, Electrolux, Sharp, Cònsul e Midea. Marca: Midea.	Unidade	20	763,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 39.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, representada por **Leonardo de Araújo Vianna Soares**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
18	Câmera Webcam; resolução máxima: 720p 30 fps; 0.9 megapixels da câmera, foco fixo. Tipo de lente: plástico. Microfone integrado mono. Alcance do microfone até 1m, campo de visão (CDV) diagonal 55°, clipe universal que se ajusta a monitores de laptop ou LCD. Garantia de no mínimo 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Whale.	Unidade	100	83,40

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de janeiro 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 40.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **HYPER TECHNOLOGIES COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Felipe Carvalho Querino**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	TV com mínimo 50 polegadas; Deve possuir tecnologia LED; com conversor digital embutido, deve possuir formato de tela <i>widescreen</i> (16:9); Deve possuir no mínimo 1.000.000:1 de contraste; Deve possuir <i>Closed caption</i> ; Deve possuir no mínimo resolução de 1920x1080 (Full HD: 1080p); Deve possuir suporte/base para mesa; Deve possuir no mínimo os sinais de vídeo de TV analógica e TV Digital; Deve possuir no mínimo as seguintes entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto, 01 USB e 01 para conexão da Antena/Cabo; Deve possuir alto falante; Deve ser compatível com sistema de cor PAL, NTSC; Deve possuir ajuste no formato de tela; Deve possuir garantia de no mínimo 12 meses; Deve possuir alimentação bivolt; Idioma dos menus deverá ser em português; Deve acompanhar controle remoto e tudo que for necessário para seu perfeito funcionamento. Marca: HQ.	Unidade	10	2.338,83

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de janeiro de 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINAS 40 E 41.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **HOME NUTRI COMÉRCIO DE ALIMENTOS E NUTRIÇÃO EIRELI**, representada por **Kaique Pietro da Silva Calux**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Umidificador ultrassônico de ar, de no mínimo 3 litros, potência de, no mínimo de 22w, 110v, portátil. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Marcas de referência: G-Life, G-tech, Ventisol, Britânia, EOS e Omron. Marca: Britânia.	Unidade	100	250,00
3	Refrigerador <i>Frost free</i> , com duas portas, capacidade de armazenagem líquida total de, no mínimo, 240 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp e Consul. Marca: Consul.	Unidade	15	3.089,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de janeiro 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 41.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **POWER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, representada por **Erikson Vanderlei Moura**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
4	Bebedouro Elétrico tipo coluna, com as seguintes especificações técnicas: uso com garrafão de 20 litros, gabinete em aço eletrozincado ou aço inox, sem emendas, base e pingadeira em plástico, conexões hidráulicas internas em material atóxico, torneiras em plástico ABS, uma para água natural e outra para água gelada, termostato com regulação de temperatura externa, capacidade de resfriamento mínima 1,25 L/h, dimensões mínimas 950cm x 26cm x 35cm (AxLxP). Tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libell, Karina, IBBL, Masterfrio e Hiza. Marca: Libell.	Unidade	25	760,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 3 de janeiro 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 42.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ARGOS LTDA**, representada por **Jonathan Pereira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
5	Purificador de Água Natural e Gelada para Fixação na Parede, com as seguintes especificações técnicas: água gelada e natural; filtro de carvão ativado, potência mínima: 100 Watts, suporte para copo; filtro com durabilidade mínima de 6 meses; reservatório de refrigeração: 1,20 litros de	Unidade	20	799,78



	água no mínimo; termostato com regulação de temperatura de água; sistema de refrigeração por compressor; <i>kit</i> de instalação para fixação em parede; torneiras ou botões de acionamento frontais (água natural e gelada), cor branca ou prata; tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libell, IBBL e Masterfrio. Marca: Libell.			
9	Ventilador Oscilante de Parede tipo comercial/industrial, motor ¼ HP, potência 180 a 220 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável em 4 (quatro) posições no mínimo ou controle eletrônico, carcaça motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: Ventisol.	Unidade	5	238,05
10	Ventilador Tipo Coluna, tipo comercial/industrial, potência 150 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável com no mínimo 3 (três) posições, carcaça do motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: Ventisol.	Unidade	10	347,02
13	Fogão Elétrico <i>cooktop</i> mesa vitrocerâmica, com 4 áreas de cocção (sendo dois queimadores elétricos de 1800W no mínimo e os outros dois queimadores elétricos de 1200W no mínimo), três níveis de potência, luzes indicadoras de calor residual igual ou acima de 50° C e luz piloto que indica que o queimador está em uso, acendimento automático, tensão: 220V, cor preto. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Fischer.	Unidade	15	2.350,16

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 2 de janeiro 2023.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

ANASTÁCIO

NÚMERO MP: 09.2023.00003576-4

EDITAL N. 0002/2023/PJ/ANC

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil N. 09.2023.00003576-4, que está à disposição de quem possa interessar, na Av. Juscelino Kubitschek, Anastácio-MS - CEP 79210-000 Telefone: (67) 3245-4466. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *Internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil N. 09.2023.00003576-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Fiscalizado: Conselho Tutelar do Município de Anastácio;

Assunto: Fiscalizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Anastácio/MS.

Anastácio, em 30 de março de 2023.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça



AQUIDAUANA

EDITAL N.º 010/2023-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2023.00000134-1. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000134-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agropecuária Coelho Maymone LTDA; Luciana Coelho Maymone Gonçalves; Alexandre Coelho Maymone.

Assunto: Apurar desmatamento de 46,66 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa e Área de Preservação Permanente, na Fazenda Estância Lúcia (Lote nº 08 - A), em Aquidauana/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 11/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Aquidauana - MS, 31 de março de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 0006/2023/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00000221-8 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000221-8

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ivinhema/MS

Objeto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Ivinhema no desempenho de seu poder de polícia junto à fiscalização dos terrenos baldios no município.

Ivinhema/MS, 06 de março de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL N°0004/2023/01PJ/NVR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003708-4/1ª PJ da Infância e Juventude

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: a apurar

Assunto: Acompanhar atos e diligências para a mobilização social com o fim de incrementar as destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) no ano 2023 (Campanha “DECLARE O SEU CARINHO”), em cumprimento à Iniciativa 05 do Planejamento Estratégico da Infância e Juventude 2020/2025.

Naviraí, 04 de abril de 2023.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

**PONTA PORÃ**

EDITAL N° 0032/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do polo passivo do Inquérito Civil nº 06.2017.00000708-1, fazendo nele constar:

Inquérito Civil n. 06.2017.00000708-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Vista Alta Ltda

Ponta Porã/MS, 04 de abril de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça